

Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular

2. A Propósito dos Artefactos Votivos de Calcário das Necrópoles de Alcalar e Monte Velho*

VICTOR S. GONÇALVES **

Dedicado a Estácio da Veiga e António Santos Rocha.

Ambos viram o Algarve não como terra coutada ou simples área de tráfico de influências, mas como um complexo conjunto de questões por resolver. Um glorioso passado que contrasta com o vergonhoso presente.

Abstract

This paper focuses on the collection of limestone artefacts from the cemeteries of Alcalar and Monte Velho (Algarve). The available information is related to the wider context of Southern Iberia in the 3rd millennium. Functionality, chronology and cultural integration of these limestone artifacts, characteristics of the Chalcolithic from the South West of the Iberian Peninsula, are discussed.

- 0. Nota prévia e agradecimentos;
- 1. tipologia e breve introdução à problemática geral dos artefactos de calcário;
- 2. as necrópoles de Alcalar e Monte Velho;
- 3. os artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho:
 - 3.1. considerações gerais,
 - 3.2. inventário,
 - 3.3. tipologia;
- 4. paralelismos e associações;
- 5. discussão;
- 6. enquadramento cronológico;
- 7. referências bibliográficas.

0. Nota prévia e agradecimentos

Sobre o que hoje chamamos «betilos» ou ainda «ídolos-cilindro» escreveu-se uma vez, quando a Arqueologia ainda era jovem: «Quanto a mim, nenhuma

idéia concreta ousou emitir acerca da significação de taes artefactos. Não sei se á forma cylindrica se ligava algum preconceito religioso para poder julgar que os rolos ou cylindros de pedra tivessem sido symbolos de uma determinada veneração (...) poderiam ter sido empregados como assentadores de alguns tecidos para abater a aspereza propria de certas substancias empregadas na tecelagem, taes como o esparto e o linho...» (Veiga, 1889: 144).

E, no mesmo lugar, o mesmo autor escrevia sobre o que hoje chamamos *almofarizes* «Os graes de pedra de pequenas dimensões poderiam ter servido para preparar linimentos e outros remedios (...) e serviam tambem, sem duvida alguma, para moer tintas vegetaes e mineraes, com que pintariam algum vestuario de mais apurado luxo, armas de guerra, ornatos e a propria pelle com varios traços e

* O primeiro texto de esta série foi: Gonçalves, Victor S. (1989) - Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. Almansor. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal. 7. p. 289-302. O terceiro, entretanto publicado: Gonçalves, Victor S. (1993) - Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. 15. 5ª série. p. 41-47.

** UNIARQ. Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras. PT-1699 Lisboa Codex.

laivos de singular capricho, como actualmente usam ainda muitos povos selvagens em diversas regiões do globo.(...) quando explorei a preciosa necropole de Alcalá (a quem ninguém tem dado a minima importancia) appareceu outro gral (...) tendo adherente n'um lado da sua concavidade uma pasta de finissima tinta rubra (...) Ora, a diminuta quantidade de tinta que fôra preparada n'um limitado espaço do gral não chegava certamente para pintar tecidos, armas de guerra ou adornos, mas seria sufficiente para *enfeitar* o rosto com um certo numero d'aquelles traços tortuosos que ainda são primor da *ultima moda* entre os habitantes da Terra do Fogo...» (Veiga, 1889: 146).

No início do debate, foi assim, o que a época justifica. Depois, não creio que muito melhor, e então os tempos eram outros. O que parece motivo bastante para justificar este trabalho.

No sentido de facilitar a referenciação dos artefactos estudados, são usadas, no texto, as seguintes abreviaturas:

A: Alcalar

MV: Monte Velho

MMFF: Museu Municipal da Figueira da Foz

MML: Museu Municipal de Lagos

MNA: Museu Nacional de Arqueologia

Assim, um artefacto referido no texto como MNA-8619-A5 tem, no Museu Nacional de Arqueologia, o nº de inventário 8619 e é proveniente do monumento 5 de Alcalar.

Um artefacto referido no texto como s/n não tem, no Museu onde se encontra, qualquer nº de inventário.

Foram verificadas, uma a uma, as proveniências indicadas para todas as peças, tendo-se usado toda a bibliografia disponível e ainda as próprias legendas inscritas a tinta ou lápis em alguns dos artefactos.

Pelo menos em dois casos, foi possível efectuar correcções a erros devidos a defeito de inventário. Não se deve esquecer, no entanto, particularmente no caso do MNA, que os materiais recolhidos no séc. XIX tiveram vida atribulada e que erros deste tipo são, infelizmente, sempre possíveis.

O Autor agradece particularmente

ao Museu da Figueira da Foz, as extraordinárias facilidades concedidas para o estudo dos materiais de Alcalar 8 e Monte Velho e provenientes das escavações Santos Rocha/Pereira Jardim;

ao Museu Nacional de Arqueologia, as facilidades concedidas para o estudo dos materiais de Alcalar 1 a 7 e provenientes das escavações Nunes da Glória/Estácio da Veiga;

à Câmara Municipal de Lagos, as facilidades concedidas para o estudo dos materiais de Alcalar em depósito no Museu Municipal e provenientes das escavações de José Formosinho;

a Leonor Rocha e Daniela Espinha, então alunas da Variante de Arqueologia do Departamento de História da

Faculdade de Letras de Lisboa, hoje licenciadas e colaboradoras da UNIARQ, a execução a lápis do desenho dos materiais calcários de Alcalar e Monte Velho, posteriormente tintados por José Peres.

1. Tipologia e breve introdução à problemática geral dos artefactos votivos de calcário

A listagem dos artefactos votivos de calcário ou «mármore» não é difícil de fazer (Quadros 1A e 1B), ainda que se esteja longe do isolar «definitivo» de todas as variantes e da fixação de interpretações viáveis para todos eles (em trabalhos futuros, proponho-me rever esta classificação e efectuar uma árvore classificativa exaustiva).

Basicamente, deverá salientar-se no entanto que, desde as primeiras recolhas de artefactos de este tipo, várias

Quadros 1A e B. Principais formas de artefactos votivos de calcário recolhidos em Portugal.

Quadro 1A. Formas mais frequentes

nº	artefacto	exemplos de proveniências
1.1	betilos cilíndricos	S. Pedro do Estoril 1
1.2	betilos hiperbolóides	Pai Mogo
1.3	betilos rombóides	Pai Mogo
1.4	betilos cónicos	Alcalar
1.5	betilos cónicos truncados	Monte Velho
1.6	ídolos fálicos	Casal do Pardo
1.7	ídolos tipo Moncarapacho	Lezíria, Vale do Sol
2.	ídolos afuselados	Casal do Pardo
3	ídolos pinha	Bugio
5	lúnulas	Alapraia
6	enxós encabadas	Carenque
7	<i>graaes</i> ou almofarizes	Alcalar
8	vasos	Santa Justa, Monte da Tumba...
9	caixas rectangulares	Pai Mogo

Quadro 1B. Formas raras ou de difícil interpretação.

nº	artefacto	proveniência (única* ou exemplos)
1	sandálias	Alapraia 2*
2	«peso de balança»	Correio Mor*
3	«cabeça de maça»	Correio Mor, Escoural
4	ídolo afuselado com espigão	região de Lisboa, Correio Mor
5	pequenas taças caneladas	S. Martinho, Monte da Tumba
6	insignia de chefia	Pai Mogo*
7	gorjal	Pai Mogo*
8	faca com espigão	Pai Mogo*
9	alcachofra	Bugio*
10	«tentáculo de polvo»	Carenque*
11	placas encurvadas	Correio-Mor, Bugio
12	placas perfuradas	<i>tholos</i> da Titúria*
13	«cadinho»	Alcalar 2*
14	esferas	<i>tholos</i> da Praia das Maças
15	toneliforme	Casainhos*
16	«ovo» gravado	<i>tholos</i> da Várzea*
17	«picareto»	Carenque

«explicações» foram avançadas, particularmente para os betilos e para os almofarizes. Quando Estácio da Veiga escreve, em 1889, sobre a necrópole de Alcalar, cita já Carlos Ribeiro, que considerara os cilindros do monumento da Folha das Barradas e da anta do Monte Abraão como «*insignias de auctoridade*» (Veiga, 1889: 143; Ribeiro, 1880: 41, 42, 48). Para, sardónica e impiedosamente, como era seu hábito, acrescentar: «...não se pode comprehender de que modo a auctoridade usaria uma tal insignia, tanto mais pesando 5:235 grammas um dos cylindros extrahidos do monumento da Folha das Barradas.» Na verdade, acho um tanto pesada a insignia, mesmo para se pendurar ao pescoço de um boi, e muito mais pesada para enfeitar uma auctoridade. Felizmente as insignias actuaes sómente são *pesadas* a quem pagar os direitos de mercê, o selo e o registro; o que bem mostra que isto por aqui já vai querendo sair da ultima idade da pedra.» (*ibid.*: 145).

Quanto à natureza dos monumentos e sítios em que foram recolhidos, é a seguinte a lista actual:

- | | |
|---------------|-------------------------|
| 1. povoados | 1.1. abertos |
| | 1.2. fortificados |
| 2. necrópoles | 2.1. grutas naturais |
| | 2.2. grutas artificiais |
| | 2.3. antas de corredor |
| | 2.4. <i>tholoi</i> |

Entre os povoados abertos, podemos citar Porto Torrão (Arnaud, 1982), entre os fortificados o Cerro do Castelo de Santa Justa (Gonçalves, 1989), Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987), Vila Nova de S. Pedro (Jalhay e Paço, 1945; Paço, 1961), Zambujal (Sangmeister e Schubart, 1981) e a Parede (Gonçalves, 1990).

Os artefactos votivos de calcário são, no entanto, bem mais frequentes em necrópoles.

Correio-Mor é o exemplo de uma gruta natural registando uma extraordinária colecção de artefactos de este tipo.

As grutas artificiais do Casal do Pardo (Leisner *et al.*, 1961), Carenque (Heleno, 1933), Alapraia (Paço e Jalhay), S. Pedro do Estoril (Leisner *et al.*, 1964) forneceram exemplares significativos.

A anta 1 de Alcalar, a anta de Belas e o monumento de Casáinhos são dos raros exemplos possíveis para esta categoria.

Os *tholoi* de Alcalar, objecto de este estudo, forneceram material diversificado. E do *tholos* de S. Martinho, em Sintra, e do de Pai Mogo (Gallay *et al.*, 1973) provém algumas notáveis peças, ainda que no *tholos* da Praia das Maças tenham sido recolhidos alguns pequenos vasos, um dos quais canelado (similar ao de S. Martinho), associados a ídolos cilíndricos (um dos quais com «tatuagens» ou pinturas faciais), uma enxó encabada, uma

lúnula e diversos artefactos indetectáveis.

O *tholos* da Praia das Maças (Leisner *et al.*, 1969, Leisner e Ferreira, 1963, L. Gonçalves, 1979, 1982-83) é um monumento decididamente pouco afortunado: objecto de pelo menos uma violação antes das escavações conduzidas por Vera Leisner, foi escavado posteriormente por Cardim Ribeiro (L. Gonçalves, 1979: p. 4 da Separata) e depois por Ludgero Gonçalves. Em seguida, exposto criminosamente aos elementos e ao vandalismo, foi objecto de consideráveis destruições. De qualquer forma, o primeiro bloco de escavações revelara uma câmara ocidental, de construção anterior ao *tholos*, e um grande monumento de falsa cúpula, com extenso corredor. As datações ¹⁴C são, como se sabe, inusáveis. Os artefactos de calcário parecem surgir apenas numa provável segunda fase de ocupação do *tholos*, ainda que, dada a natureza da escavação, tal não esteja garantido. Os artefactos votivos de calcário (lúnula, cilindro com «tatuagens», cilindros lisos, vasos - um dos quais canelado - ídolo de gola, enxó encabada, placas, Cf. Leisner *et al.*, 1969: Pl. E) são compatíveis com os copos e taças canelados e lisos, mas todo o quadro de «associações» que viria a ser proposto mais tarde enferma do mais primário linearismo e a «arrumação» efectuada só é (relativamente) pacífica no caso das fases 1 e 3 (naturalmente consideradas como «horizontes» pelo redactor daqueles textos...).

Compreensível perplexidade surge quando se analisa o espólio proveniente da câmara ocidental: pontas de seta de base triangular, alfinetes de osso de cabeça postiça, 12 placas de xisto com decoração geométrica, dir-se-ia estarmos perante o espólio de uma gruta natural da Estremadura ou de uma anta do Alto Alentejo.

A cronologia absoluta específica da câmara ocidental e do *tholos* estão por averiguar, as datas indicadas, a segunda das quais absolutamente inaceitável, sendo respectivamente:

2300 ± 60

1690 ± 60

(antes da nossa era, não calibradas, sem informação de referência de laboratório).

É certo que a propósito da última de estas datas se escreveu ser ela: «...basée sur des charbons recueillis dans *tous ses secteurs*.» (Leisner, *et al.*, 1969: 97, o itálico é meu), o que automaticamente explica o seu carácter aberrante e a impossibilidade de a usarmos.

Haveria ainda que referir os «achados isolados», por vezes talvez apenas isso mesmo, peças perdidas por acaso, mas em outras situações muito provavelmente resultantes da destruição de povoados ou monumentos funerários.

Basicamente, porém, a imagem de uma grande dispersão, lida a partir da localização de monumentos e sítios, de Torres Vedras ao Algarve, da costa lisboeta a Reguengos de Monsaraz (e daí para Este, pelo menos até La Pijotilla...), deve ser corrigida: não conheço nenhum conjunto tão extenso e diversificado como o do Correio Mor, Carenque ou Pai Mogo. Em muitos casos, no Sul, escassos são os artefactos de calcário ou mármore por sítio ou monumento: apenas um no Cerro do Castelo de Santa Justa, meia dúzia em Porto Torrão, três no Monte da Tumba, um na Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros (número na realidade usável no caso de Porto Torrão apenas a título indicativo, uma vez que se desconhece a totalidade dos exemplares provenientes de escavação e se sabe que não foram publicados todos os recolhidos à superfície).

Nesta situação, o caso de Alcalar é importante pela natureza diversa dos monumentos onde se recolheram

artefactos deste tipo, ainda que, em monumentos de utilização colectiva, tal facto seja infelizmente pouco significativo.

O *tholos* do Pai Mogo (Lourinhã) assume particular importância para o estudo dos artefactos votivos de calcário, tanto pela diversidade do espólio deste tipo que revelou como pela interpretação fornecida para a primeira fase de utilização do monumento e que noutra lugar discutirei. Podem referir-se vários tipos de caixas, uma delas similar à que se conhecia no *tholos* do Barro, vasos, almofarizes, betilos (ídolos cilíndricos, rombóides, troncocónicos, ligeiramente hiperbolóides), peitorais em forma de lúnula, enxó encabada (com indicação da fixação ao cabo), ídolo alcachofra. Atribuídos pelos autores da monografia ao mítico «horizonte de importação», estes artefactos aparecem associados a um notável conjunto artefactual, muito fácil de distinguir de intrusões posteriores, nomeadamente campaniformes, que o monumento sofreu.

A terminar este ponto, gostaria de sublinhar um aspecto que me parece essencial: à medida que nos afastamos da Península de Lisboa, a diversidade das formas reduz-se significativamente. Sem erro, podemos dizer que, até hoje, fora dessa região central, os artefactos que constam dos inventários são, para além das formas betilóides, quase sempre vasos ou almofarizes. O que suscita interessantes propostas, a avançar adiante

2. As necrópoles de Alcalar e Monte Velho

Foi recentemente efectuado um balanço geral e uma resenha crítica dos principais elementos sobre esta(s) necrópole(s) (Gonçalves, 1989, vol. 1: 38-62). Por isso mesmo, far-se-á aqui apenas breve referência aos conjuntos de monumentos e aos problemas com eles relacionados.

O núcleo principal de sepulturas, habitualmente designado por «Alcalar», foi identificado em 1880 pelo padre António José Nunes da Glória. A partir de 1882, iniciam-se trabalhos já sob a condução de Estácio da Veiga, mas aos quais Nunes da Glória se mantém associado.

São estes os monumentos objecto dos volumes I e III das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, monumentos que incluem, para além de 6 *tholoi*, uma pequena anta, a única no conjunto dos monumentos descritos por todos os autores.

Muito provavelmente em Dezembro de 1890, um novo grupo de monumentos foi escavado por Pereira Jardim, cabendo a Santos Rocha, em 1904, a sua divulgação. Trata-se de dois *tholoi*, Alcalar 8 e Alcalar 9, dos quais apenas o primeiro tinha espólio, destacando-se uma série relativamente numerosa de artefactos votivos de calcário.

Em 1911, Santos Rocha, numa publicação póstuma, revela os dados obtidos a partir de 1906 no Monte Velho, muito próximo de Alcalar. Os 3 monumentos de Monte

Velho são, também, *tholoi*.

Finalmente, em 1933, José Formosinho é encarregado da limpeza do conjunto de Alcalar e declara ter descoberto 5 novos monumentos, que viriam a ser publicados em 1953 (Viana *et al.*, 1953). São, igualmente, *tholoi*.

Poucas certezas são possíveis sobre estes conjuntos, uma vez que a falta de indicação precisa sobre a sua localização, e a total destruição que alguns sofreram, impedem a reavaliação e uma numeração lógica de todos eles. Como já afirmei (*ibid.*: 54), não é improvável que alguns dos monumentos referidos por José Formosinho sejam os mesmos de que falava Pereira Jardim, o que talvez explicasse a ausência de materiais referida pelos autores.

Independentemente de serem eventualmente aceitáveis opiniões em contrário, acredito que tanto os monumentos de Alcalar como os de Monte Velho representam núcleos funerários de uma única grande área de enterramentos, directamente conectada com as áreas de povoamento detectadas em Alcalar, Poio e Monte Canelas. Não é também impossível que tenham existido ainda outros pequenos núcleos de povoamento, de menor dimensão, como o do Casarão das Freiras, já referido por Estácio da Veiga (1889: 33). Mas as destruições devidas a trabalhos agrícolas e a bárbara indiferença a que este notável conjunto foi votado são os principais responsáveis pelas reservas com que qualquer afirmação a este respeito deverá ser condicionada.

Sem que isto seja tomado como um ataque pessoal à filosofia da recente intervenção em Alcalar (da qual discordo, aliás, pela aparente ausência de uma perspectiva global), parece imprescindível a elaboração urgente de um plano de conjunto que envolva em rigorosas medidas de protecção a totalidade dos monumentos e áreas de povoamento que ainda restam. E não deixa de ser curioso que grande (e justificada) divulgação seja dada a muitos monumentos e sítios do País, ameaçados de destruição ou mesmo destruídos, enquanto outros, como Alcalar, porventura bem mais importantes, são objecto de um criminoso silêncio. Estranhas cumplicidades ou silêncios estratégicos podem ser vagamente compreensíveis. Mas nunca quando comprometem uma notável componente do património nacional.

3. Os artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho

3.1. Considerações gerais

Os artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho reduzem-se a 3 tipos:

1. betilos;
2. pequenos recipientes de fundo espesso, «graaes» ou almofarizes (*graal*: s. m., plural: *graaes*) é o nome pelo qual ainda hoje são designados, no Alentejo e Alto Al-

garve, artefactos usados nas lides domésticas como almofarizes. Sal, alho, ervas aromáticas, são neles triturados, com a finalidade de preparar temperos para usos culinários;

3. vasos de calcário.

Os vasos de calcário reduzem-se a um único exemplar, uma taça de bordo exvertido.

Os betilos compreendem algumas das variantes reconhecidas: rombóides, troncocónicos e cilíndricos, nenhum dos quais com qualquer espécie de gravação simbólica hoje visível.

Os «graaes» ou almofarizes estão representados em maior número e compreendem variantes. Talvez por ter logo observado manchas vermelhas em alguns deles, manchas vermelhas que corresponderiam à trituração de corantes, Estácio da Veiga assim os designou. Tendo a expressão outras conotações, não será errado usar simultaneamente a palavra «almofariz», ou mesmo preferi-la à que hoje está quase em desuso.

Os artefactos deste tipo, sempre de pequenas dimensões, dividem-se, quanto à espessura do fundo, em dois tipos. No primeiro, os almofarizes têm um fundo pouco mais espesso que as paredes e o próprio bordo. No segundo, a área activa é muito escassa (caso, por exemplo, de MNA-8619-A5). Nesta última situação, como na anterior, não há qualquer motivo para se recusar a funcionalidade destes artefactos, sendo a espessura do fundo uma garantia de resistência aos impactos de trituração. No entanto, no primeiro caso, poderia talvez haver lugar para algumas dúvidas, podendo eles ser a representação em calcário dos pequenos vasos que encontramos em necrópoles (e povoados). Não é fácil, assim, perante determinados exemplares, sermos peremptórios na classificação.

Não seria também correcto esquecer que alguns dos fragmentos parecem pertencer a formas pouco conhecidas ou, pelo seu estado de fragmentação, dificilmente classificáveis. Assim, MNA-10084-A2 parece a reprodução,

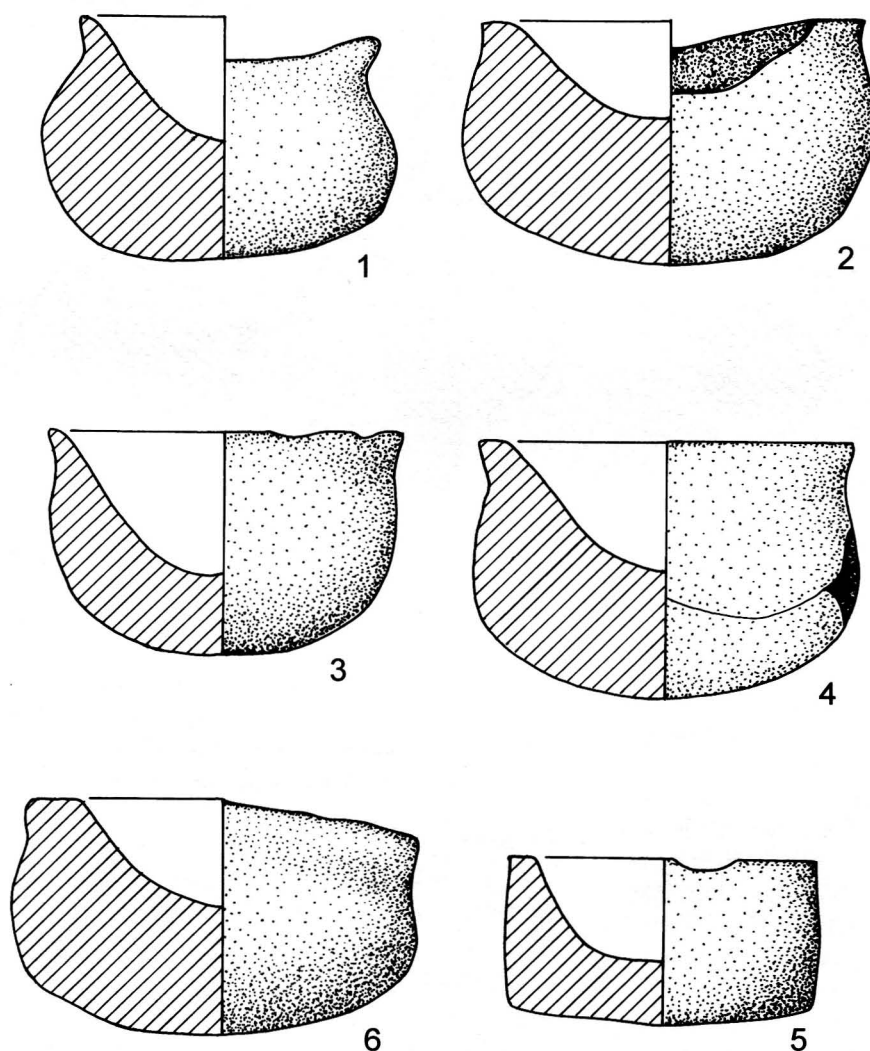
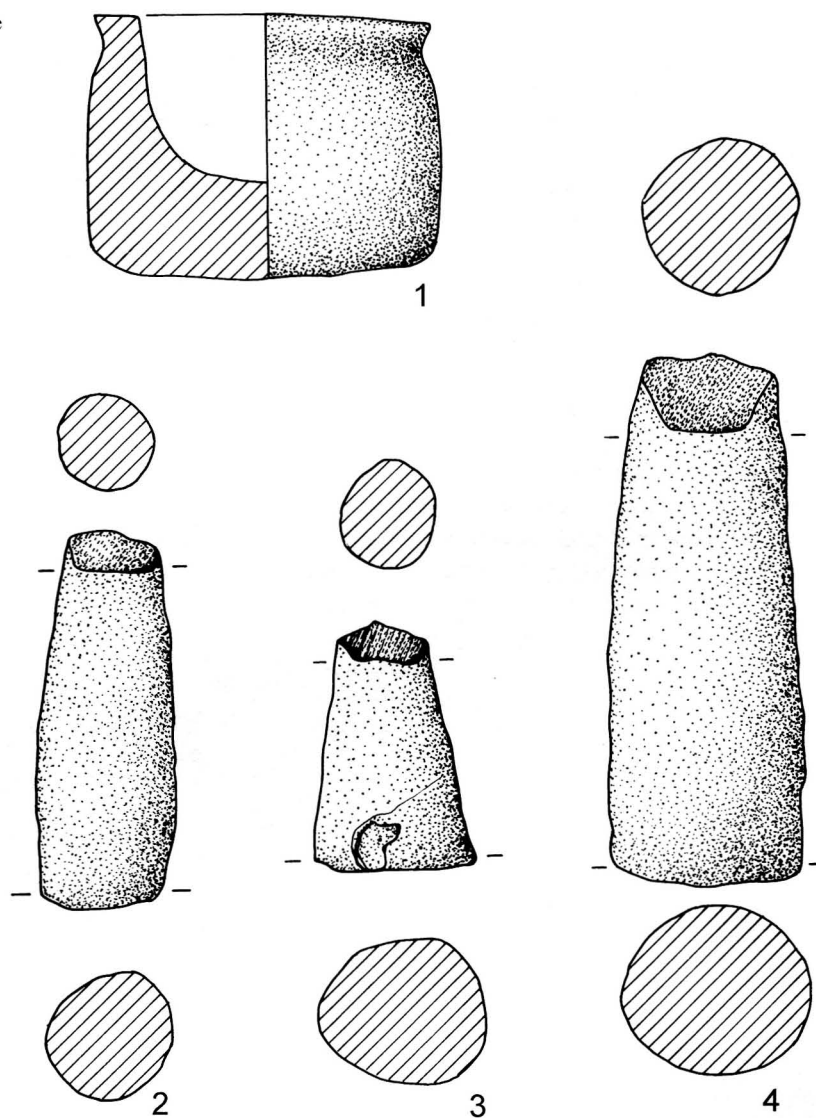


Fig. 1 - Alcalar 8 (n.ºs. 1-5) e Monte Velho 2 (n.º. 6). Red. 3:4.

Fig. 2 - Monte Velho 2 (n.ºs. 1 e 2) e Monte Velho 3 (n.ºs. 3 e 4). Red. 3:4.



em calcário, de um cadinho de fundição e outro fragmento, MNA-10057-A3, assemelha-se a um pequeno copo.

3.2. Inventário

É o seguinte o inventário dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. Referem-se sempre os artefactos cuja observação e desenho foram possíveis, pelo facto de ainda existirem, nos 3 Museus que albergam materiais de Alcalar e Monte Velho. A inexistência de outros artefactos, que se perderam entretanto, foi também verificada, assinalando-se com compreensível brevidade. Na sequência do código de referência da peça, surge, por vezes, entre vírgulas, um outro. Trata-se de marcações duplas que, na indefinição de qual sobreviverá, preferi registar integralmente.

A seguir à breve descrição dos artefactos juntam-se três medidas básicas para os recipientes de calcário (alt:

altura; db: diâmetro externo no bordo; ef: espessura do fundo) e duas para os betilos (alt: altura; db: diâmetro da base; em alternativa, dm: diâmetro lido na área média, para os fragmentos mesiais; dt: diâmetro no topo; em alternativa: dt(f): diâmetro no topo (fragmentado)). Alguns dos artefactos não são rigorosamente simétricos, assim a altura deve sempre ler-se como a diferença máxima entre os dois planos, aquele em que assenta a peça e o de topo.

Todas as medidas são dadas em cm.

Alcalar 1

Estácio da Veiga (1886, 1889) refere o que é certamente um grande ídolo rombóide de calcário, uma pequena pedra e dois «graes» ou almofarizes. No MNA, não se encontrou o cilindro rombóide.

1. MNA-8519-A1 (Fig. 3). 47/49.

Um almofariz com as superfícies cinzentas, como que pelo

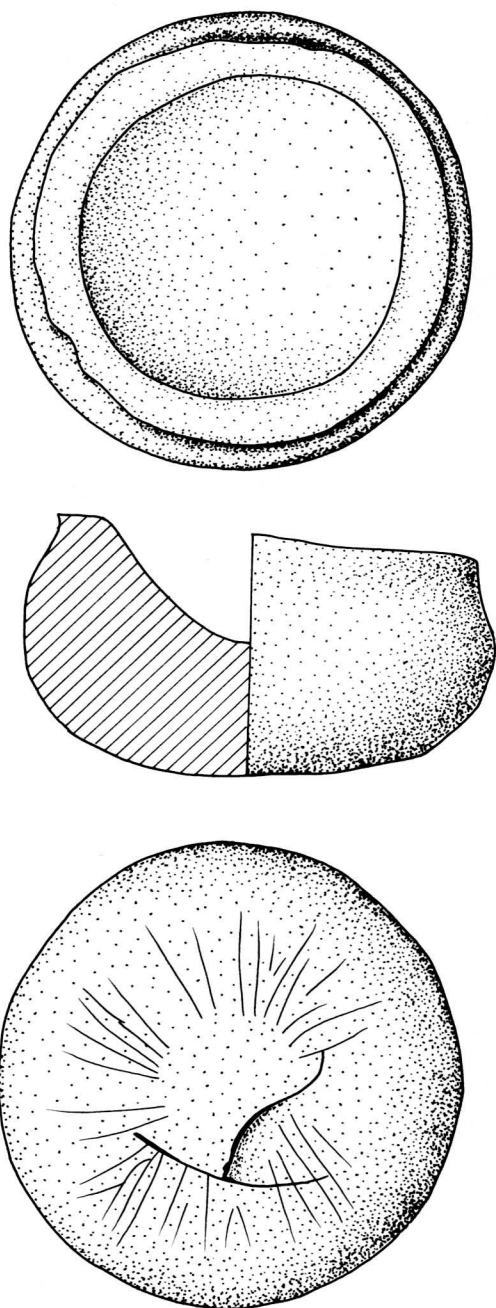


Fig. 3 - Alcalar 1. Red. 3:4.

contacto com fogo e cinzas. Durante o desenho desta peça, detectaram-se, no fundo, o que pareceu serem os raios de um sol finamente gravado. Devido ao estado da superfície do artefacto, o carácter artificial desta gravação deve ser encarado com reserva, ainda que a minha opinião seja (cautelosamente) positiva.

alt: 4.5; db: 7; ef: 2.2.

2. MNA-8520-A1 (Fig. 4: 1)

Almofariz de muito bom trabalho e conservação.
alt: 5.4; db: 7.2; ef: 2.6.

3. MNA-8527-A1 (Fig. 5: 3)

Taça de paredes finas e bordo exvertido. Não consta das descrições de Estácio da Veiga e a sua origem pode ser encarada com alguma reserva. Apresenta, 0.7 cm abaixo do plano do bordo, uma perfuração cilíndrica, para suspensão, com o diâmetro de 0.3 cm.

alt: —; db: 15.4; ef: indeterminável com segurança, se igual à das paredes seria de 0.4.

4. MNA-10149-A1:

Pequena pedra oval, referida por Estácio da Veiga (1886: 230-31).

Alcalar 2

Estácio da Veiga (1889) refere 3 almofarizes e 4 fragmentos de outros. No MNA encontram-se 3 almofarizes e 3 fragmentos.

1. MNA-10085-A2 (Fig. 4: 4)

Pequena taça (?) muito corroída e de forma original irreconhecível com segurança. As medidas legíveis actualmente não correspondem de forma alguma às originais.

alt: 2.5; db: 4; ef: 1.

2. MNA-10086-A2 (Fig. 4: 3)

Almofariz.

alt: 3.8; db: 5.6; ef: 1.5.

3. MNA-10087-A2 (Fig. 4: 6).

Almofariz (ou taça?) em mau estado de conservação, com fracturas no bordo.

alt: 3.3; db: 5.6; ef: 1.4.

4. MNA-10082-A2

Fragmento de uma pequena taça baixa, pouco espessa.

alt: ; db: ; ef: .

5. MNA-10083-A2:

Fragmento.

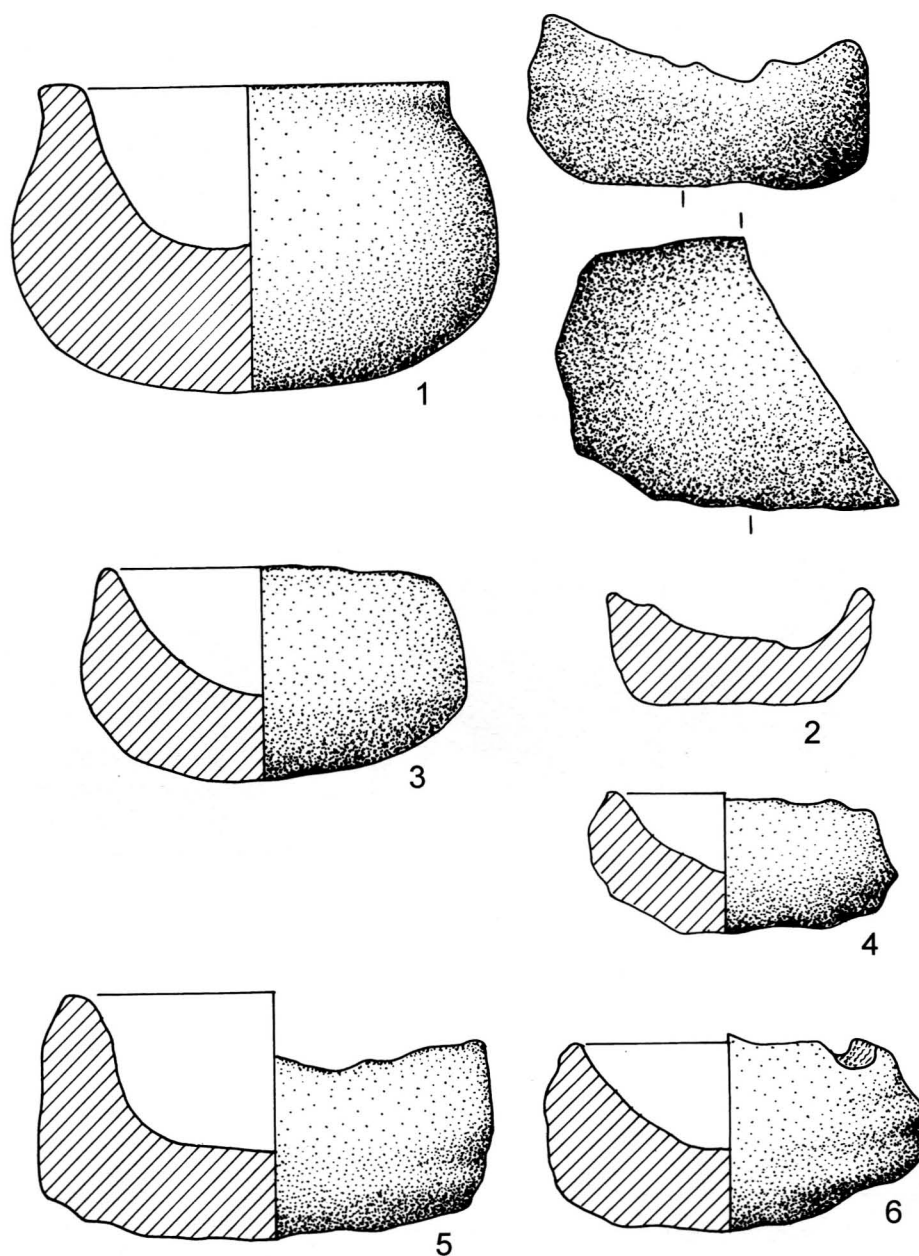
6. MNA-10084-A2 (Fig. 4: 2).

Fragmento com forma similar a um cadinho calcolítico ápode.

ef (lida na área mesial): 1.2.

Os registos MNA-10082-A2, 10083-A2, 10084-A2, 10085-A2 e 10087-A2 têm as superfícies profundamente alteradas por razões naturais.

Fig. 4 - Alcalar 1 (nº 1), Alcalar 2 (nºs 2, 3, 4 e 6) e Alcalar 3 (nº 5). Red. 3:4.



Alcalar 3

Estácio da Veiga (1889) refere 2 almofarizes e fragmentos de outros. No MNA encontram-se 4 almofarizes.

1. MNA-10054-A3 (Fig. 4: 5)

Almofariz apresentando traços de erosão e em mau estado.
alt: 4.3; dbc: 7.2; ef: 1.5.

2. MNA-10055-A3: (Fig. 6: 5)

3. Almofariz.

alt: 4.3; dbc: 7; ef: 1.8.

4. MNA-10056-A3 (Fig. 5: 2)

Almofariz.

alt: 3.7; dbc: 5.8; ef: 1.7.

5. MNA-10057-A3 (Fig. 5: 1)

Copo em muito mau estado de conservação

alt: 4.8; dbc: 3.8; ef: 1.3.

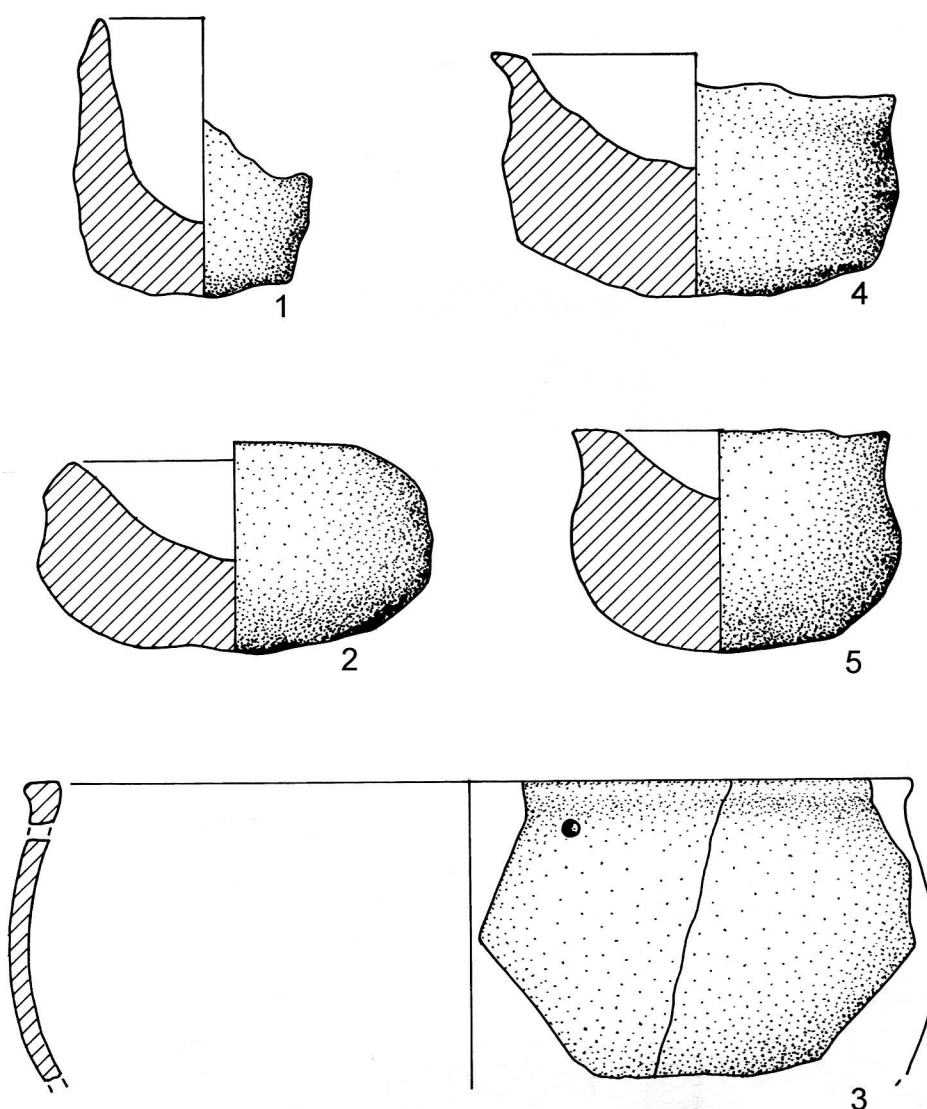


Fig. 5 - Alcalar 1 (n.º. 3), Alcalar 3 (n.ºs. 1 e 2) e Alcalar 5 (n.ºs. 4 e 5). Red. 3:4.

Alcalar 5

Estácio da Veiga (1889) refere 2 almofarizes e fragmentos de outros. No MNA encontravam-se 3 almofarizes e outro, cuja atribuição a este monumento e mesmo a Alcalar não é segura. O almofariz MNA-10124-A5 pertencia afinal, como foi possível esclarecer, a Alcalar 6.

1. MNA-8618-A5 (Fig. 5: 4):

Almofariz conservando no interior manchas vermelhas, distribuídas por uma área irregularmente circular com cerca de 5.4 cm de diâmetro.
alt: 4.3; db: 7.4; ef: 2.3.

2. MNA-8619-A5 (Fig. 5: 5):

Pequeno almofariz de fundo muito espesso.
alt: 3.9; db: 5.2; ef: 2.7.

3. MNA-4439-A5?=985.20.1=43/79 (de duvidosa atribuição):

Pequeno fragmento, aparentemente «tratado» com ácido e presentemente de forma irreconhecível.

Alcalar 6

Estácio da Veiga (1889) refere 2 almofarizes. No MNA, encontrava-se 1 atribuído a este monumento e identificou-se o que faltava.

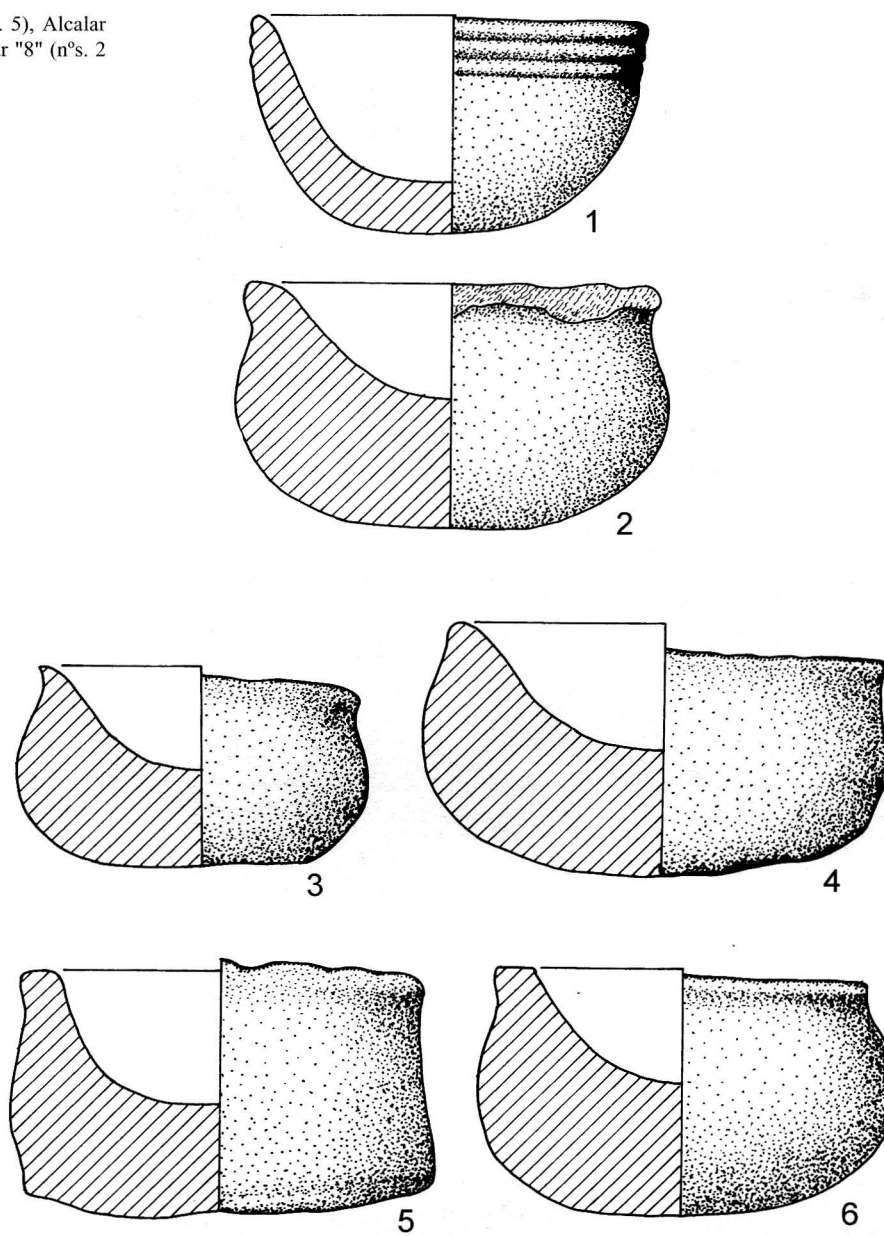
1. MNA-10123-A6 (Fig. 6: 3)

Almofariz com fracturas múltiplas localizadas numa única parte da peça. Um fragmento foi colado ao corpo.
alt: 3.6; db: 5.6; ef: 1.8.

2. MNA-10124-A6 (Fig. 6: 4). 44/79.

Almofariz de superfícies muito irregulares, grumosas

Fig. 6 - Alcalar 3 (nº. 5), Alcalar 6 (nºs. 3 e 4) e Alcalar "8" (nºs. 2 e 6). Red. 3:4.



(«tratado» com ácido?).
alt: 4.5; db: 3.8; ef: 2.2.

Alcalar 7

Estácio da Veiga (1889) refere 1 ídolo cilíndrico, mas nenhum almofariz. Descreve também um fragmento de bracelete ou «maça» (1887: 242), que não foi encontrado.

1. MNA-10154-A7 (Fig. 7: 2)

Fragmento mesial de um ídolo cilindro. As superfícies apresentam-se como que corroídas por ácido.
alt máxima actual: 6.8; dm: 4.2.

Alcalar 8

Santos Rocha (1904) regista 4 «graaes» ou «almofarizes» e fragmento de outro.

1. MMFF-7400-A8, =77.A.1018 (Fig. 1: 2)
alt: 4.3; db: 6.6; ef: 2.6.

2. MMFF-7401-A8, =77.A.1019 (Fig. 1: 4)
alt: 4.5; db: 6.6; ef: 2.2.

3. MMFF-7402-A8, =77.A.1020 (Fig. 1: 3)
alt: 3.9; db: 6.2; ef: 1.4.

4. MMFF-7403-A8, =77.A.1021 (Fig. 1: 1)
Fragmento de almofariz aparentemente queijiforme, mas a

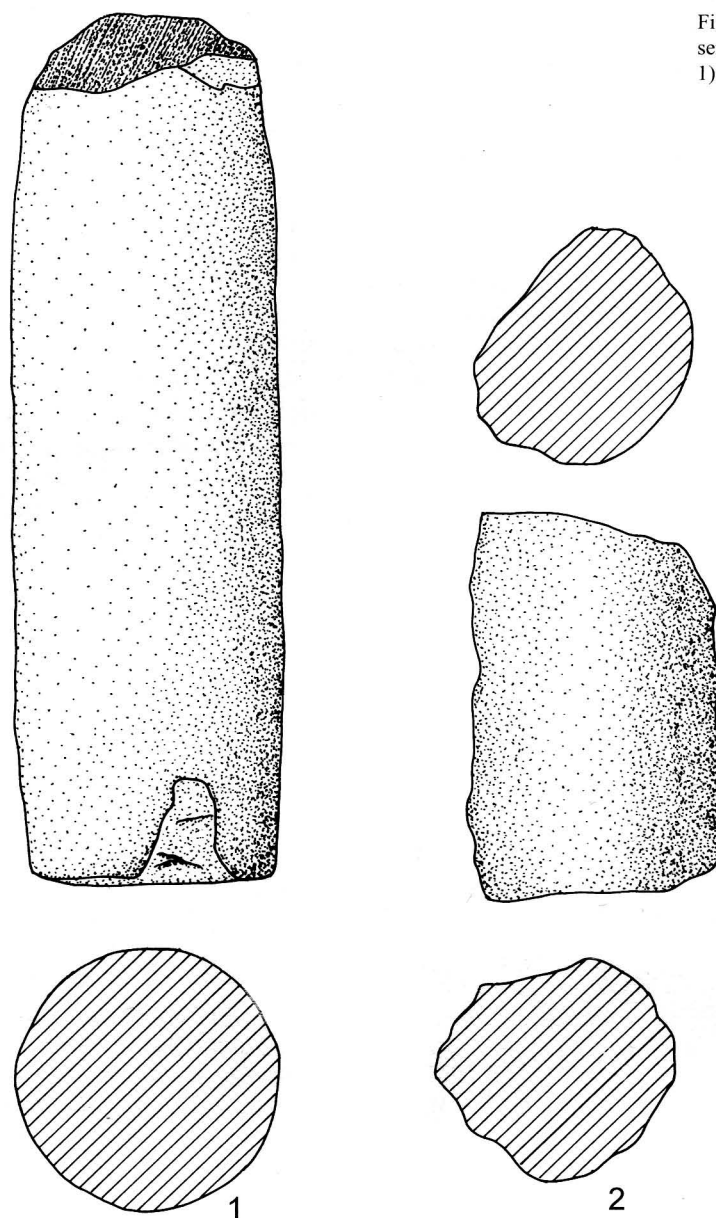


Fig. 7 - Alcalar 7 (nº. 2) e Alcalar sem referência de monumento (nº 1). Red. 3:4.

fractura do topo impede a certeza. Talvez se trate de um fragmento de uma peça do Tipo 2.4 (ver infra, «Tipologia»), idêntica a MMFF-8566-MV2, ainda que de menores dimensões. Nesse sentido vai a minha opinião.
alt: 4.3; db: 5; ef: 2.1.

5. MMFF-7404-A8, =77.A.1022 (Fig. 1: 5):
alt: 3; db: 5.4; ef: 1.2.

Alcalar «8»

Abel Viana e colaboradores (1953) registam 2 almofarizes.

1. MML-209-A«8» (Fig. 6: 6)

Almofariz em muito bom estado de conservação.
alt: 4.4; db: 6.8; ef: 2.3.

2. MML-s/n-A«8» (Fig. 6: 2)

Almofariz.
alt: 4.3; db: 7.4; ef: 2.2.

Alcalar 9

Santos Rocha (1904) regista a inexistência de espólio.

Alcalar «9», 10, 11 e 12

Abel Viana e colaboradores (1953) registam especificamente a inexistência de espólio nestes monumentos.

Monte Velho 1

Santos Rocha (1911) regista 1 cone de calcário com 60 cm de altura, identificado no centro da câmara. Poderia, pelas suas dimensões, ser similar ao também desaparecido rombóide de Alcalar 1. Não foi encontrado no MMFF.

Monte Velho 2

Santos Rocha (1911) regista 3 «graes» e 2 pequenos betilos também de calcário. No Museu Municipal da Figueira da Foz não se encontrou 1 dos betilos e 1 dos almofarizes.

1. MMFF-8566-MV2 (Fig. 2: 1)

Almofariz de corpo cilíndrico e bordo ligeiramente exvertido.

alt: 4.8; db: 5.6; ef: 1.7.

2. MMFF-8567-MV2 (Fig. 1: 6)

Almofariz.

alt: 4.2; db: 7; ef: 2.3.

3. MMFF-8571-MV2 (Fig. 2: 2)

Pequeno betilo rombóide, de topo fracturado.

alt actual: 6.7; db: 2.1; dt(f): 1.7.

Monte Velho 3

Santos Rocha (1911) regista 2 betilos de calcário.

1. MMFF-8527-MV3 (Fig. 2: 3)

Pequeno betilo troncocónico. No entanto, como o topo apresenta fractura, poderia tratar-se de um cone ou mesmo de um betilo fático.

alt actual: 4.4; db: 3; dt(f): 1.7

2. MMFF-8573-MV3 (Fig. 2: 4)

Betilo de forma geral rombóide. Talvez a forma original fosse fática, mas é impossível dizê-lo devido à fractura do topo.

alt actual: 9.3; db: 3.4; dt(f): 2.8

Adenda:

Proveniente de Alcalar, sem referência de monumento de origem nem número de inventário, está exposto no Museu Municipal de Lagos um betilo de calcário, ligeiramente rombóide, fragmentado. Não existe ficha sobre ele no Museu, mas tem escrito a lápis, no sentido do eixo vertical, Alcalar (Fig. 6: 1).

alt actual: 15.4; db: 4.2; dt(f): 3.9; dm: 4.6

3.3. Tipologia

Um breve catálogo de formas dos artefactos votivos de calcário provenientes de Alcalar e Monte Velho resume a situação no que se refere à sua reduzida diversidade:

Quadro 2. Tipos de artefactos de calcário recolhidos nas necrópoles de Alcalar e Monte Velho

tipo	especificação	variante	quantidade
1.	betilos	1.1. cilíndricos	1
		1.2. troncocónicos	1
		1.3. rombóides	3
2	pequenos recipientes e afins	2.1. almofarizes	17
		2.2. taças de bordo não espessado	2
		2.3. recipientes queijiformes	1
		2.4. recipientes troncocónicos	1
		2.5. «copos»	1
		2.6. «cadinho»	1
3	vasos	3.1. taças de paredes finas	1

No que respeita ao betilo cilíndrico deve porém sublinhar-se que, tratando-se de um fragmento mesial e cujas superfícies se apresentam consideravelmente erodidas, não há exactamente a certeza que se trate de um cilindro genuíno, podendo talvez ser o fragmento de um betilo rombóide.

Desta lista excluíram-se, naturalmente, as formas indetermináveis (e só pelo seu possível significado se manteve o «cadinho»).

São três tipos simples de artefactos (contra os mais de 6 da gruta do Correio Mor ou os mais de 8 do Pai Mogo), o que não parece muito. Mas estando ainda inédita a maior parte dos materiais desta gruta, torna-se impossível saber exactamente quantos tipos de artefactos de calcário nela foram encontrados. O depósito de alguns artefactos no MNA permite, no entanto, uma primeira ideia, ainda que continue por esclarecer se foram estes os únicos artefactos recolhidos.

As dificuldades em os interpretar têm a ver com a natureza sempre específica dos artefactos votivos, o mau estado de conservação de muitos deles e, sobretudo, com as dificuldades que habitualmente se encontram quando se procura atribuir funções a artefactos que, com a mesma forma, podem ter sido efectivamente utensílios (eventualmente usados nos rituais de enterramento) ou então de uso simples e exclusivamente votivo.

A linguagem tradicional consagrou o uso das designações «graes» ou «almofarizes» para um tipo de pequeno recipiente de calcário, geralmente de bordo exvertido, por vezes aplanado, e fundo espesso. Mas a utilização de outras formas para a mesma função de triturar

substâncias corantes está longe de ser improvável, existindo mesmo provas em contrário. Praticamente, todos os recipientes de calcário que apresentam fundo espessado poderiam servir para esta função, ainda que isso não implique necessariamente que para tal foram efectivamente usados.

Também será interessante notarmos alguns números, ainda que a escassa população desencoraje que se atribua grande fiabilidade a essa leitura.

Assim, em 29 artefactos deste tipo, 5 (17 %) são betilos. Apenas 1 é a réplica em calcário, a escala aceitavelmente semelhante, de um recipiente da vida real (3 %) e 23 são pequenos recipientes ou afins (80 %). E, nestes, 17 são almofarizes (74 % do grupo e 59 % do total).

Parece-me que, na generalidade e para além dos números, o que importa realmente referir é a dominância, no conjunto, desses artefactos cujo fabrico e uso quase poderíamos chamar de «regional»: os almofarizes ou «graaes», como lhes chamou Estácio da Veiga.

4. Paralelismos e associações

A própria natureza dos parâmetros voluntariamente limitados de este texto tornaria inadequada uma comparação que envolvesse áreas outras que as actualmente portuguesas. Acção que se reserva, aliás, eventualmente, para estudo futuro.

E o primeiro paralelismo possível tem a ver com uma situação a tal ponto nítida que se torna difícil crer não ter sido já explorada por outros autores. Refiro-me naturalmente ao vasinho de calcário de S. Martinho de Sintra, MNA-10715.

Esta notável peça não é outra coisa senão *a réplica em calcário de uma taça com decoração canelada*. Se precisássemos de um bom argumento para estabelecer uma firme conexão entre os artefactos de calcário e os oleiros dos copos e taças caneladas não encontraríamos melhor. Sobretudo por se não tratar de um caso isolado: um outro exemplo foi registado no *tholos* da Praia das Maças (Leisner *et al.*, 1969: Estampa E, 2).

As taças com decoração canelada encontram-se em numerosos povoados e monumentos funerários da Península de Lisboa e Setúbal. Os principais monumentos funerários são:

Agualva, Sintra (*tholos*)
Bela Vista, Sintra (sepultura)
Cabeço da Arruda 2, Torres Vedras (anta)
Conchadas, Sintra (anta)
Monge, Sintra (*tholos*)
Pai Mogo, Torres Vedras (*tholos*)
Praia das Maças, Sintra (*tholos*)
S. Martinho, Sintra (*tholos*)
Serra da Vila, Torres Vedras (sepultura)

Isto é, numa selecção de 9 monumentos, mais de metade são *tholoi*, apenas 2 são antas e, os restantes, monumentos atípicos.

A este conjunto poderíamos ainda acrescentar as grutas artificiais, a cuja problemática voltarei noutro sítio.

Quanto aos povoados, sabemos a presença destes artefactos, tanto os de calcário como as taças caneladas — e em número considerável — em Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, as mais notáveis fortificações calcolíticas do Centro de Portugal. Nos povoados fortificados de Monte da Tumba e Santa Justa, no Alentejo e Algarve, o número dos artefactos de calcário é, como vimos, baixo e as taças caneladas não constam dos inventários disponíveis.

A lição decorrente destes factos parece-me simples de entender: o conjunto de artefactos cerâmicos com decorações caneladas, os artefactos votivos de calcário, as grutas artificiais e alguns *tholoi*, bem como os povoados fortificados, fazem originalmente parte de um só conjunto. A difusão a partir de uma região determinada — a Península de Lisboa, por exemplo — acarretou a fragmentação do conjunto inicial, determinada pelas condicionantes regionais em matéria prima, mas, sobretudo, pela natureza e evolução local das redes de povoamento.

A outro nível, encontraríamos exemplo de um paralelismo indiscutível (mas, como veremos, enganador). Tal paralelismo poderia residir no ritual do ocre vermelho de que alguns almofarizes são prova eloquente. Sem dúvida que serviram para a obtenção de um corante vermelho, mas as suas dimensões permitiriam apenas a obtenção de pequenas quantidades e o ritual do ocre, como o conhecemos no Neolítico «final» da Lapa do Fumo («camada vermelha») ou nas antas de Reguengos de Monsaraz, implicou o uso *de grandes quantidades*, impossíveis de obter em recipientes tão pequenos. Se os almofarizes foram usados num ritual semelhante ao megalítico, então estaria já reduzido a uma forma muito simples e restrita, o que não quer dizer que o simbolismo não existisse ainda com equivalente complexidade.

Se não se conhecem em Alcalar e Monte Velho formas de artefactos votivos de calcário claramente reconhecíveis para além dos ídolos betilos (aqui, lisos), dos almofarizes e dos vasos, o certo é que tal não diminui o facto de nos encontrarmos perante uma escolha deliberada de uma matéria prima e de uma forma de representação do sagrado que faz parte de um amplo e variegado conjunto. Apesar da limitada diversificação dos artefactos de Alcalar e Monte Velho, a dimensão, variedade e complexidade do todo sublinha bem o interesse da parte.

Uma pequena excepção a este quadro relativamente monótono de artefactos de calcário é tão pequena, no sentido literal da expressão, que tem sido omitida na bibliografia especializada. Trata-se da pequenina pedra de calcário, com aspecto de ovo de pássaro, que tem como

registo MNA-10149-A1. Apesar de referida por Estácio da Veiga, não suscitou qualquer interesse. No entanto, também no santuário exterior do *tholos* Millares IX (=5) se encontraram, junto aos betilos, pequenas pedras deste tipo.

5. Discussão

As questões em torno aos artefactos votivos de calcário ou mármore podem colocar-se numa vasta gama de aproximações objectivas (e subjectivas). Tentar construir-lhes uma hierarquia poderia ser perigoso, no actual estado dos nossos conhecimentos, pelo que a seguinte ordem de abordagem não tem quaisquer implicações outras que as evidentes.

A. que representam os almofarizes, os pequenos recipientes e o vaso de calcário recolhidos em Alcalar e Monte Velho?

Aqui, a resposta é obrigatoriamente múltipla. Se as lúnulas e os betilos da Península de Lisboa são possíveis réplicas de artefactos do mundo dos vivos, mais propriamente de artefactos ideotécnicos, mas não necessariamente presentes no quotidiano, tal não acontecerá provavelmente com as enxós, reproduções por vezes bastante realistas de artefactos tecnómicos de uso corrente. Que sentido ganham, ao ser usadas nestes novos contextos, é porém tema passível de outras leituras.

Muitos outros artefactos são impossíveis de interpretar, e esse é particularmente o caso de muitos dos recolhidos em monumentos e sítios da Península de Lisboa.

Quanto aos almofarizes ou «graaes» de Alcalar e Monte Velho, a dificuldade residiria em saber se trata de artefactos de uso comum (como as pontas de seta, os machados, as enxós...) colocados junto ao morto ou se trata de oferendas especialmente reservadas para essa ocasião.

Algumas das peças de calcário recolhidas no MNA foram objecto, entre 1975 e 1980, de uma limpeza profunda, com recurso a ácido. Naturalmente, nenhum vestígio de uso sobreviveu e os próprios artefactos foram, em alguns casos, quase destruídos, perdendo as camadas exteriores. Em 1990, ao iniciar com a minha equipa o estudo dos materiais de Carenque, que foram redesenhados, pude verificar sensíveis alterações nos artefactos de calcário provenientes de este sítio. Não apenas as superfícies se apresentavam corroídas como o desenho, comparado com os efectuados antes das limpezas, mostrava uma redução das dimensões gerais, revelando efectiva e considerável perda de massa. No que se refere a Alcalar, não há porém a certeza se tal efectivamente aconteceu.

Neste último caso, poderia eventualmente tratar-se de uma representação mais elaborada das sobranceiras, pelo que se trataria, assim, de uma representação associável ao antropomorfismo. Porém, por sorte ou puro acaso, algumas peças das reservas do Museu escaparam a este

«tratamento». E justamente em MNA-10055-A3 e MNA-8618-A5, são ainda claramente visíveis, no fundo da superfície interna, pequenas manchas vermelhas, que poderiam resultar de um impacto ou de esmagamento por tracção de raio curto, provocados por um pilão sobre ocre vermelho. Sem dúvida que estes almofarizes funcionaram, e claro que tal decorreu antes do enterramento, pelo que duas hipóteses são agora viáveis:

1. são efectivamente utensílios do quotidiano, posteriormente colocados junto ao morto;
2. são utensílios usados nas cerimónias fúnebres, possivelmente para uma das variantes do ritual do ocre, e foram logo de seguida depositados junto ao morto.

As dimensões do vaso de calcário, muito maiores que as dos almofarizes, poderiam indicar outro tipo de função e conteúdo, não sendo a água uma impossibilidade, sabendo-se como é comum a sua presença em rituais funerários. As várias formas de recipientes de este tipo recolhidos no *tholos* do Pai Mogo, e a verificar-se a primitiva função do monumento, segundo a proposta, pouco fundamentada, dos escavadores (*templo* ou *lugar sagrado* e não *espaço funerário*), poderiam eventualmente confirmar a existência de vasos com uma função complementar à dos almofarizes.

B. qual o significado dos betilos de Alcalar e Monte Velho?

A discussão em torno ao significado dos betilos poderia considerar-se encerrada após a escavação de Millares IX (=5), quando na proximidade do acesso ao corredor se encontraram grupadas algumas dezenas de betilos (Almagro e Arribas, 1963: Estampas XLIX, LXI, CXLVII e CLb). Teríamos aqui o exemplo de um santuário no exterior imediato do monumento. Mas, em outros casos, certos exemplares poderiam ter integrado a definição de pequenos espaços sagrados, delimitados no interior dos monumentos.

Assim sendo, que resta discutir?

Acima de tudo, uma questão fulcral, desdobrada em várias. Representariam, as pedras betilo:

1. um princípio sagrado ou ideia de divindade;
2. uma ou mais divindades;
3. divindades masculinas e/ou femininas, ou ainda fundindo dois princípios distintos, o masculino e o feminino?

Por mais estranho que possa parecer, a diversidade das formas das pedras betilo poderia sugerir que nenhuma resposta exclui necessariamente as outras.

Com efeito, algumas figurações são extraordinariamente semelhantes aos menires fálicos identificados no Alentejo e Algarve. Outras apresentam, pelo contrário, vários, ou um único, dos elementos que integram a simbólica da Deusa-Mãe: os olhos solares, as sobranceiras, a cabeleira, as «pinturas» ou «tatuagens» faciais. Outras

ainda, particularmente as claramente rombóides e hiperbolóides, entrariam em qualquer das categorias, mas raramente registam elementos da simbólica, particularmente quando de grandes dimensões (exemplo de betilos de grandes dimensões são, entre outros, o cilindro do monumento da Folha das Barradas, com 30 cm de altura, os cilindros da gruta do Correio Mor (com 26 e 19 cm de altura) e o da Serra das Mutelas (com 18 cm). De notar que os ídolos afuselados decorados excedem facilmente estas dimensões, registando-se no Correio Mor um exemplar com 37 e outro com 25 cm de altura.)

Em termos gerais, o aparecimento de um único exemplar poderia representar, naturalmente, *uma única divindade*. Mas a existência do santuário exterior a Millares IX (=5) pode querer significar que os betilos poderiam, em determinadas situações, remeter a um panteão ou, no mínimo, a um conjunto de divindades ou princípios simbólicos facilmente reconhecíveis. Tão facilmente reconhecíveis, aliás, que dispensariam outros elementos da simbólica para além deles próprios.

Quanto à aparente diversidade dos componentes da simbólica que alguns betilos apresentam, traduzem certamente mais a diversidade regional que uma diferença sensível de significado. São, de algum modo, similares, salvaguardadas as diferenças óbvias, a esse fenómeno recentemente de novo muito invocado a propósito do megalitismo e habitualmente referido como «polimorfismo» regional.

De modo geral, poderíamos classificar em 2 grupos esses componentes da simbólica:

A. os que se referem a um conjunto de símbolos antropomórficos. São os mais simples de reconhecer: olhos em forma de sol, sobranceiras, pinturas ou tatuagens faciais;

B. os que incluem símbolos não antropomórficos, normalmente representações abstractas:

1. caneluras horizontais ou verticais
2. xadrez ou rede, cobrindo um campo determinado
3. aspas em enfiamento
4. lúnulas simples e geminadas (neste último caso,

poderia eventualmente tratar-se de uma representação mais elaborada das sobranceiras, pelo que se trataria, assim de uma representação associável ao antropomorfismo).

Voltando aos betilos de Alcalar e Monte Velho, haveria que colocar uma questão que envolve os provenientes de Monte Velho 2 e 3.

Com efeito, as peças registadas no MMFF com os nºs 8527, 8571 e 8573 conservam a base intacta, mas apresentam o topo fracturado da mesma maneira, num corte oblíquo. Essa fractura parece-me francamente intencional e resultante de um acto deliberado. A destruição do topo mais significativo da peça, num processo ritual, parece-me assim perfeitamente defensável, neste contexto e em relação

a este conjunto.

C. o possível significado de uma eventual relação tipo de monumentos/artefactos votivos de calcário

Neste caso concreto, aparentemente muito pouco podemos extrair desta relação.

No que se refere a Alcalar, propus recentemente uma classificação para os monumentos das suas necrópoles (Gonçalves, 1989, 1: 43):

Vejam os agora, em quadro, a associação dos artefactos votivos de calcário aos tipos de monumento que ainda continham espólio:

Tipo	des	subtipo	monumentos
1	dolmen	0	Alcalar 1
2	tholoi	2.1. (Câm e Co ort)	Alcalar 2, 3, 8, «8», Monte Velho 1, 2, 3
		2.2. (Câm falsa cúpula+Co ort)	Alcalar 4, 5, 6, «9», «10»
		2.3. (Câm falsa cúpula+Co t muro)	Alcalar 7, 9

des: designação; Câm: Câmara; Co: Corredor; ort: ortostático; t: tipo.

Quadro 3. Associação entre tipos de monumentos e artefactos votivos de calcário nas necrópoles de Alcalar

Monumento	Tipo	betilos	almofarizes	vasos
Alcalar 1	1	1	3	1?
Alcalar 2	2.1.	0	3+3f	0
Alcalar 3	2.1.	0	4	0
Alcalar 8	2.1.	0	4+1f	0
Alcalar «8»	2.1.	0	2	0
Monte Velho 1	2.1.	1	0	0
Monte Velho 2	2.1.	2	3	0
Monte Velho 3	2,1.	2	0	0
Alcalar 4	2.2.	0	0	0
Alcalar 5	2.2.	0	2+1?	0
Alcalar 6	2.2.	0	2	0
Alcalar 7	2.3.	1	0	0

(f=fragmento). Registam-se (salvo no caso de Alcalar 1) apenas os exemplares que se puderam localizar.

O Quadro 3 é bem claro: em todos os tipos de monumentos se recolheram artefactos votivos de calcário. Só que, naturalmente, um reparo deve ser feito: nada nos garante que tenham sido os seus construtores a fazê-lo e, particularmente no caso de Alcalar 1, teremos de ter em conta a eventual existência de deposições largamente posteriores à sua construção (tal como aliás pode ter acontecido no monumento 7 ou ainda em outros da necrópole).

D. objectos «de luxo» e/ou bens de prestígio

Não tanto pela raridade da matéria prima de que são feitos, mas sobretudo pelo tempo de execução e pela

necessária habilidade do artesão, estes artefactos poderiam eventualmente ser considerados «de luxo», ou «bens de prestígio», expressão que parece particularmente seduzir certos autores. A existência local de rochas sedimentares parece afastar a necessidade da sua importação, ainda que tal facto, como se sabe, não condicione necessariamente a importação de produtos manufacturados. Mas a noção de «bens de prestígio» ou objectos «de luxo» exige competição e diferenciação social que justifiquem outra noção fundamental, a de *status*. E a própria noção de *status* implica a transformação desse *status* num espectáculo suficientemente visível para que os signos exteriores possam, como tal, ser imediatamente legíveis.

Tudo isto torna pouco plausível esta hipótese, muito provavelmente resultante de uma (psicologicamente interessante) moda interpretativa.

E. artefactos de fabrico local ou importados?

Cansativo se tornou recentemente explicar duas coisas diferentes, mas inseparáveis:

1. o fabrico local *é possível* para a maior parte dos componentes do que a arqueologia germânica e os seus seguidores nacionais chamaram de «horizonte de importação»;

2. a importação de bens «de qualidade» ou de artefactos mágico-religiosos não implica necessariamente aculturação, colonização ou presença maciça de populações alógenas, mas tão só a existência de portos de comércio ou áreas de troca. A própria evolução regional de produtos importados depende, naturalmente, da sua aceitação local, e não forçosamente da manutenção dos contactos comerciais.

O certo é que, na bacia mediterrânica, existem «áreas de preferência» pelo uso do calcário como matéria prima para artefactos votivos. A Sardenha e, evidentemente, o Egeu, no Mediterrâneo Central e Oriental, são exemplos em que esta situação é bem clara.

A existência de um fundo mágico-religioso comum ao mundo mediterrânico tem sido por diversas vezes avançada para explicar similitudes de cultos e práticas funerárias. O uso do calcário pode, sem dificuldade, participar num dado momento desta comunidade, à qual não é estranha (quem o negaria?) a navegação mediterrânica, mas que me parece encontrar os seus principais fundamentos numa evolução cultural similar, ainda que não necessariamente síncrona.

6. Enquadramento cronológico

Como processar o enquadramento cronológico de artefactos votivos, ainda para mais objecto de depósito em monumentos de utilização colectiva, é situação que não pode decorrer sem sérias reservas prévias. Particularmente quando nenhuma datação ^{14}C lhes pode ser aplicada directamente, salvo a do tardio monumento

do Monte Novo dos Albardeiros (2ª metade do 3º milénio, em anos de calendário, para uma construção em falsa cúpula).

Recentemente, num texto que irá ser reformulado e ampliado, tive oportunidade de analisar uma situação de este género (Gonçalves, 1989b). Mas as placas de xisto com decoração geométrica têm, apesar de tudo, a particularidade de reproduzirem padrões específicos e de se associarem aos enterramentos que as utilizam na proporção de uma para um. Em relação aos artefactos votivos de calcário nem isso sabemos.

Por razões metodológicas, podemos dividir a discussão das cronologias em dois campos geográficos, sendo o primeiro o «Centro» de Portugal, onde floresceu no Calcolítico o que Savory chamou, talvez mais adequadamente do que se pensou inicialmente, a «Cultura do Tejo», e as áreas envolventes, a Este e Sul, onde a menor frequência dos artefactos pode sugerir a existência de áreas de influência ou redes de troca a média distância.

Em relação à primeira de essas áreas, os artefactos votivos de calcário surgem em ambientes tradicionais de enterramentos ou de *habitat*, mas também em situações novas no registo arqueológico: grutas artificiais, *tholoi* e povoados fortificados. Ora se os *tholoi* têm, aparentemente, um largo espectro cronológico *de construção*, o espectro longo das grutas artificiais é um espectro *de utilização*, sendo muito provavelmente extremamente curto o período em que foram construídas.

Antas, *tholoi*, grutas naturais e artificiais compartilham apenas uma única característica: são *sempre* monumentos colectivos (situação que só excepcionalmente poderá ser posta em causa para algumas das antas, ainda assim com insuficiente volume de provas concretas em apoio). Com efeito, alguns dos monumentos escavados por Manuel Heleno *poderiam* pertencer a esta categoria. Mas como muito pouco sabemos sobre eles, nada nos diz que se não trate de uma convicção que entrou por «arrasto» no meio arqueológico e sedimentou por antiguidade, sendo transmitida sob a forma de *impressão* ou de *suposição* e nunca efectivamente confirmada. O certo é que em todos os outros monumentos megalíticos escavados em Portugal nunca se chegou a identificar uma situação que correspondesse a esta interpretação. Mais: alguns dos monumentos de Monchique, que alguns procuraram «empurrar» para uma fase pré-megalítica, são hoje comprovadamente coetâneos de outros enterramentos colectivos (Gonçalves, 1989, I: 62-68).

Na Península de Lisboa, os artefactos votivos de calcário só em duas situações foram recolhidos em contextos de deposição fiáveis e talvez devesse ser por aí que deveríamos concluir. Mas tanto as grutas artificiais de S. Pedro do Estoril como o *tholos* de Pai Mogo não dispõem de qualquer datação absoluta, o que, infelizmente, invalida a sua utilização neste contexto.

No Sul, mantém-se a mesma indefinição, ainda que o vasilho de calcário do Monte Novo dos Albardeiros esteja datado pelo radiocarbono da segunda metade do 3º milénio (Gonçalves, 1988/89).

Tudo isto, contextos analisados, nos levaria a afirmar que a utilização dos artefactos votivos de calcário se inicia na Estremadura nos inícios do 3º milénio (em anos de calendário) e que esta prática, ainda que sofrendo considerável declínio, se mantém até finais do milénio.

Poderia parecer possível outro tipo de conclusões, mas dizer mais, ou outra coisa, como alguns dados aparentemente permitiriam, seria na verdade inadequado, perante a natureza da informação, a insuficiência de datações ¹⁴C e a duvidosa fiabilidade dos contextos.

Lisboa, Outono de 1991

O texto original (1991) foi revisto em Novembro de 1993 e as referências bibliográficas actualizadas no Outono de 1994.

Referências bibliográficas

ALMAGRO GORBEA, Maria Josefa, 1965, *Las tres tumbas megalíticas de Almizaraque*, Madrid, CSIC.

ALMAGRO GORBEA, Maria Josefa, 1973, *Los idolos del Bronce I Hispano*, Madrid, CSIC.

ARNAUD, J. E. M., 1984-88, Nota sobre os ídolos oculados de Vale d'Ouro (Ferreira do Alentejo). *Arqueologia e História*, Série 10, 1-2, Lisboa, AAP, pp. 45-50.

CARDOSO, João Luís, 1989, *Leceia, Resultados das escavações realizadas. 1983-1988*, Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, João Luís, 1992, A Lapa do Bugio. *SA*, 9-10, MAEDS, Setúbal, pp. 89-225.

CARDOSO, João Luís, 1994, *Leceia, 1983-93. Escavações no povoado fortificado pré-histórico. EAO*. Câmara Municipal de Oeiras.

FERREIRA, O. da Veiga & TRINDADE, Leonel, 1954, Objectos da necrópole de Cabeço da Arruda, *Zephyrus*, 5, Universidad de Salamanca.

FERREIRA, O. da Veiga & TRINDADE, Leonel, 1955, A necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). *TAE*, 38: 193-212.

GALLAY, Gretel; SPINDLER, Konrad; TRINDADE, Leonel & FERREIRA, O. da Veiga, 1973, *O Monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

GONÇALVES, Victor S., 1980, Dois novos ídolos tipo Moncarapacho, *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV, Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, pp. 47-58.

GONÇALVES, Victor S., 1988/89, A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), *Portugália*, Nova Série, vol. IX-X, Instituto

de Arqueologia da Fac. de Letras do Porto, Porto, pp. 47-60.

GONÇALVES, Victor S., 1989, *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada*, 2 vols., UNIARQ/INIC, Lisboa.

GONÇALVES, Victor S., 1989b, Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular: 1. Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologias, uma nota preambular, *Almansor*, Vol. 7, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pp. 289-302.

GONÇALVES, Victor S., 1990, Sítios, «Horizontes» e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa), *Arquivo de Cascais*, Vol. 9, Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, Victor S., 1991, Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. algumas breves considerações sobre as chamadas taças carenadas e a primeira metade do 3º milénio em Portugal, *Arquivo de Cascais*, Vol. 10, Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, Victor S., 1992-94, Sítios, «Horizontes» e Artefactos. 3: A questão das Grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal, 11, *Arquivo de Cascais*, pp. 31-94.

GONÇALVES, Victor S., 1993, Pai Mogo, na Lourinhã, um monumento exemplar, *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Ediclube, Lisboa, pp. 320-323.

GONÇALVES, Victor S., 1993, Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 5ª Série, 15: 41-47.

GONÇALVES, Victor S., 1994, Os artefactos votivos de calcário, oferendas votivas do 3º milénio. In *Lisboa Subterrânea*, Ed. Lisboa 94, pp. 189-190.

GONÇALVES, Victor S., (no prelo), O tholos de Pai Mogo, na Lourinhã e o processo de calcolitização da Península de Lisboa. In *Sítios, Horizontes e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*.

HURTADO, Victor, 1981, Los idolos calcolíticos de La Pijotilla (Badajoz), *Zephyrus*, Vol. 30/31, Universidad de Salamanca, pp. 165-203.

JALHAY, Eugénio & PAÇO, Afonso do, 1945, El castro de Vila Nova de S. Pedro. *Actas y memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria*, Vol. XX, Madrid.

LEISNER, Vera; PAÇO, Afonso do & RIBEIRO, Leonel, 1964, *Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril*, Lisboa

LEISNER, Vera; ZBYSZEWSKI, Georges & FERREIRA, O. da Veiga, 1961, *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

LEISNER, Vera; ZBYSZEWSKI, Georges & FERREIRA, O. da Veiga, 1969, *Les monuments pré-historiques de Praia das Maças e Casainhos*, Serviços

Geológicos de Portugal, Lisboa.

PAÇO, Afonso do, 1958, Necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 8, Lisboa.

PAÇO, Afonso do, 1961, Castro de Vila Nova de S. Pedro, XIII. Recipientes de osso e calcário, *Conímbriga*, Instituto de Arqueologia, Vol. II-III, Coimbra, pp. 167-179.

PAÇO, Afonso do & FRANCO, Lyster, 1964, Ídolo cilíndrico oculado do Algarve, I CNAP, 1: 361-368.

RIBEIRO, Carlos, 1880, *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos*, Lisboa.

ROCHA, António dos Santos, 1904, Dolmens de Alcalar, *Boletim da Sociedade Archeologica da Figueira*, Vol. 2: 39-56.

ROCHA, António dos Santos, 1911, *Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal*, Figueira da Foz.

SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina, 1976-77, Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve, *Setúbal Arqueológica*, Vol. 2-3, Assembleia Distrital de Setúbal, pp. 179-272.

SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina, 1981, *Pré-História da área de Sines, trabalhos arqueológicos de 1972-77*, Gabinete da área de Sines, Lisboa.

SILVA, Carlos Tavares & SOARES, Joaquina, 1985, Monte da Tumba (Torrão). Eine befestigte siedlung der kupferzeit im Baixo Alentejo (Portugal). *MM. Mainz: Verlag Philipp von Zabern*. 26, pp. 1-21

SILVA, Carlos Tavares & SOARES, Joaquina, 1987,

O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I - escavações arqueológicas de 1982-86. Resultados preliminares, *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, VIII, MAEDS, pp. 16-43.

SILVA, Carlos Tavares & SOARES, Joaquina, 1988, O povoado fortificado da Idade do cobre do Monte da Tumba (Torrão). 5 anos de escavações arqueológicas. *Movimento Cultural*, 4: 16-43.

SOARES, António M. Monge, 1993, Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *1º CAP. TAE*, 33 (3-4): 217-235.

SOARES, António M. Monge & CABRAL, João M. Peixoto, 1987, O povoado calcolítico do Monte da Tumba. VI. Cronologia absoluta, *Setúbal Arqueológica*, 8, MAEDS, Setúbal, pp. 155-165.

SOARES, António M. Monge & CABRAL, João M. Peixoto, 1993, Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal, *TAE*, 33 (3-4), Porto, pp. 217-236.

VASCONCELLOS, José Leite de, 1897, *Religiões da Lusitânia*, I, Imprensa Nacional, Lisboa.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, 1886-1887-1889-1891, *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*, 4 vols, Imprensa Nacional, Lisboa.

VIANA, Abel; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga, 1953, Algumas notas sobre o Bronze mediterrânico do Museu regional de Lagos, *Zephyrus*, Vol. IV, Universidad de Salamanca, pp. 97-117.